

AOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

27 de Outubro - GREVE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Orçamento de Estado para 2018 continua a não ter em conta as necessidades de reposição aos trabalhadores e as poucas propostas que contem ficam aquém das reivindicações apresentadas, o que vem dar razão para a greve do próximo dia 27 de Outubro, perspetivando-se numa forte adesão na região centro.

Neste sentido, a Comissão Executiva da Direção do Sindicato, observou o seguinte:

POR AUMENTOS SALARIAIS

Desde 2009 que os trabalhadores não têm tido aumentos salariais anuais, contribuindo para a degradação do poder de compra, ao mesmo tempo que a valorização das carreiras profissionais já se encontra congelada desde 2005, tendo sido amputadas em 2009.

O Governo vem tapar o “sol com a peneira” tentando, propositadamente, confundir os trabalhadores, quando anuncia na Proposta de Orçamento o descongelamento das progressões/mudanças de carreira de forma faseada e podendo não abranger todos os trabalhadores.

Actualmente os salários dos níveis remuneratórios mais baixos da Tabela Remuneratória Única, que abrange a maioria dos Assistentes Operacionais, já foram ultrapassados pelo Salário Mínimo Nacional.

PELA VALORIZAÇÃO DAS CARREIRAS

A destruição das carreiras gerais e especiais desde 2009, com a publicação da Lei 12-A/2008, em que se agregam conteúdos funcionais somente em 3 carreiras de regime geral, significou um retrocesso no progresso e estímulo profissional.

Os trabalhadores exigem a Reposição da Dignificação Profissional das carreiras, nomeadamente, a definição de conteúdos de acordo com as especificidades funcionais de cada sector.

PELAS 35 HORAS PARA TODOS

Os trabalhadores exigem a aplicação do horário semanal de 35 horas a todos os trabalhadores que exercem funções públicas, independentemente do seu vínculo, sem a adaptabilidade nem banco horas.

DEFENDER O EMPREGO PÚBLICO E ACABAR COM OS VÍNCULOS PRECÁRIOS

O Governo está a dar o pior exemplo patronal. Ao mesmo tempo que diz que quer diminuir o trabalho precário continua a contratar a recibo verde, a termo e à hora, trabalhadores para suprir necessidades permanentes de serviço.

Exige-se a eliminação de todas as formas de precariedade em qualquer serviço ou organismo da Administração Pública e a integração desses trabalhadores nos quadros/mapas de pessoal.

PELO DIREITO A UMA APOSENTAÇÃO COM DIGNIDADE

Hoje, com as condições e fórmulas de cálculo para a aposentação/reforma, seja no regime da CGA, seja no Regime da Segurança Social o trabalhador, ainda que cumpra com os requisitos do limite de idade e tempo de serviço é sempre penalizado, quer pela existência do factor de sustentabilidade quer porque o tempo de serviço máximo não é suficiente.

Assim, exige-se repor a fórmula de cálculo das pensões e condições gerais de aposentação com 36 anos de serviço, independentemente da idade.

DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E DA FUNÇÃO SOCIAL DO ESTADO

Os trabalhadores exigem o fim da municipalização de competências na prestação de serviços públicos que cabe ao Estado garantir com igualdade. A entrega aos municípios de funções públicas essenciais criará situações de desigualdade entre municípios e, por maioria de razão, entre cidadãos, para além de poder gerar instabilidade de emprego nos trabalhadores.

Exige-se, também, o fim de todos os processos e formas de privatização e externalização de serviços públicos.

A Comissão Executiva reunida hoje dia 23, constata que a mobilização nos locais de trabalho para a adesão à greve de 27 de Outubro, convocada pela Frente Comum, é a certeza do seu sucesso.

- É preciso virar a página da austeridade e acabar de vez com a campanha contra os trabalhadores e serviços da administração pública.
- É urgente investir mais na Saúde, na Educação e na Protecção Social dos Trabalhadores.

Coimbra, 23 de Outubro de 2017

O Departamento Informação do Sindicato